



ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 2/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2024

Trata-se o presente relatório de resposta à IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa M2J PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 17.612.582/0001-60 interposta contra os termos do Edital de Concorrência nº 2/2024, que tem por objeto a **contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco.**

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Na análise preliminar cumpre a verificação dos requisitos formais para apresentação da presente impugnação, a qual foi enviada TEMPESTIVAMENTE pela empresa impugnante no dia 22 de janeiro de 2025, para o Setor de Licitações da Câmara Municipal, através do e-mail licitacao@patobranco.pr.leg.br.

II - DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Em síntese, insurge-se a empresa impugnante em face ao edital o acolhimento da impugnação, promovendo as adequações necessárias no Edital de Concorrência nº 2/2024, requerendo (i) revisão da exigência de apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica fornecido exclusivamente por pessoas jurídicas de direito público, possibilitando também a apresentação de certidão ou atestado expedido por ente privado e/ou pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP); (ii) revisão da exigência de prestação de serviço de publicidade prestado para entidades ou órgãos públicos da esfera municipal de no mínimo 45 mil habitantes; (iii) suspensão temporária do certame, a fim de garantir a adequação do Edital às normas legais e princípios aplicáveis.





III - DA ANÁLISE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando que o tema arguido pela impugnante trata-se de matéria solicitada pelo Departamento Administrativo, o Presidente da Comissão de Contratação em diligência mediante o Despacho 38- 907/2024, reportou-se ao Setor de Administrativo, responsável pela elaboração do Termo de Referência, para realização de análise e decisão.

Em análise ao pedido de impugnação, o Setor Administrativo, manifestou-se no dia 28/01/2025, por meio de anexo do Despacho 41- 907/2024 que consta anexo a este relatório, concluindo conforme segue:

“Conclusão

Diante das justificativas apresentadas, conclui-se que a impugnante tem razão ao pleitear a inclusão da possibilidade de que o atestado de capacidade técnica seja emitido tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto de direito privado.

Contudo, será exigida a apresentação de ambos os documentos: (i) o atestado de capacidade técnica; e (ii) o certificado de qualificação técnica de funcionamento; considerando que possuem objetivos distintos e são igualmente necessários.

Essa medida visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a segurança da Administração no que diz respeito à qualidade da contratação e à obtenção da proposta capaz de gerar o resultado mais vantajoso.”

No despacho 42- 907/2024, o Presidente da Câmara, Lindomar Rodrigo Brandão, acatou o relatório apresentado no Despacho 41- 907/2024 pois conforme as justificativas apresentadas, conclui-se que a impugnante tem razão em seus argumentos.

IV - DA CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos apresentados pelo Setor Administrativo, através do despacho nº 41- 907/2024, que são de sua inteira responsabilidade, e pela presunção de veracidade que é inerente aos servidores públicos, manifestando-se pela retificação do





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Termo de Referência, **CONHECEMOS a IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa M2J PUBLICIDADE LTDA para no mérito **DAR PROVIMENTO PARCIAL** conforme exposto, com a posterior alteração do Edital e agendamento de nova data para a sessão pública.

Pato Branco, 28 de janeiro de 2025.

Rodrigo Sartor Mayer

Presidente da Comissão de Contratação

Emanuelle Giacomini Fiorentin

Membro

Paulo Cesar Dias

Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1547



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / licitacao@patobranco.pr.leg.br



Assinado por 3 pessoas: RODRIGO SARTOR MAYER, EMANUELLE GIACOMINI FIORENTIN e PAULO CESAR DIAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/0001-B73F-62C4-F8DC> e informe o código 0001-B73F-62C4-F8DC





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Exmo. Lindomar Rodrigo Brandão
Presidente

Assunto: impugnação ao Edital de Concorrência Presencial nº 2/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade.

RELATÓRIO

A empresa M2J PUBLICIDADE LTDA, apresentou impugnação ao Edital de Concorrência Presencial nº 2/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco.

Resumidamente, a impugnante alega o seguinte:

(i) Que é descabida a exigência de atestado de capacidade técnica emitido somente por pessoa jurídica de direito público e que é igualmente descabida a limitação pelo número de habitantes da localidade.

Ao final, a impugnante solicita o seguinte:

(i) revisão da exigência de apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica fornecido exclusivamente por pessoas jurídicas de direito público, possibilitando também a apresentação de certidão ou atestado expedido por ente privado e/ou pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP);

(ii) revisão da exigência de prestação de serviço de publicidade prestado para entidades ou órgãos públicos da esfera municipal de no mínimo 45 mil habitantes;

(iii) suspensão temporária do certame, a fim de garantir a adequação do Edital às normas legais e princípios aplicáveis.

ANÁLISE

Primeiramente salientamos que o objetivo da limitação estabelecida para o atestado emitido por municípios com, no mínimo, 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, ou por órgãos ou entidades das esferas estadual, distrital ou federal, conforme justificado no item 12.3.3 do Termo de Referência, é atender ao limite de 50% previsto no art. 67, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tal limite busca garantir a proporcionalidade entre a experiência exigida do licitante e a complexidade do objeto contratado, considerando que o atendimento a municípios com uma população correspondente a pelo menos metade da população da Contratante pode representar maior complexidade e volume nos serviços.

Dessa forma, ao adotar o critério de número de habitantes como parâmetro de mensuração da capacidade técnica, excluem-se automaticamente as pessoas jurídicas de direito privado, isso ocorre porque o parâmetro populacional é intrinsecamente relacionado à Administração Pública e não pode ser aplicado às entidades privadas, uma vez que estas não possuem tal característica como referência para mensuração de complexidade e volume de serviços.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

Posto isso, registramos que há uma justificativa clara para a inclusão de tal exigência no edital, a qual não foi estabelecida de forma arbitrária ou sem embasamento técnico e jurídico, sendo que essa exigência está fundamentada no critério populacional como parâmetro para mensuração da capacidade técnica, alinhado ao art. 67, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e diretamente relacionado à complexidade e ao volume dos serviços a serem contratados.

Entretanto, verifica-se que a argumentação apresentada pela impugnante traz reflexões relevantes e pertinentes ao caso em questão, especialmente no que tange à possível restrição à competitividade.

Ressalta-se, inclusive, como trazido pela impugnante, a existência de precedente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT), que dispõe sobre a impossibilidade de exigir atestados de capacidade técnica emitidos exclusivamente por pessoas jurídicas de direito público.

Dessa forma, visando promover a ampliação da competitividade no certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considera-se oportuno e salutar permitir a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos também por pessoas jurídicas de direito privado, desde que preencham os demais requisitos estabelecidos no edital.

Além disso, a limitação quanto ao número de habitantes do município emitente do atestado deixa de se mostrar pertinente ao caso, uma vez que, com a inclusão da possibilidade de aceitação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não há mais qualquer correlação lógica ou justificativa entre as duas exigências.

Por outro lado, a impugnante argumenta que a exigência estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010 se confunde com a exigência de atestado de capacidade técnica prevista no art. 67, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Entretanto, tal argumento não se sustenta, a nosso ver, uma vez que o certificado de qualificação técnica de funcionamento, previsto no art. 4º, § 1º, da Lei Federal nº 12.232/2010, trata, como o próprio nome indica, de um documento relativo à qualificação formal para o funcionamento das agências de propaganda.

Esse certificado não tem como objetivo comprovar a realização prévia de serviços específicos relacionados ao objeto da licitação, diferentemente do que exige o atestado de capacidade técnica previsto no art. 67, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Esse entendimento é reforçado pelas próprias imagens enviadas pela impugnante, referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 032/2023 do Município de Curitiba/PR e ao Edital de Concorrência nº 90003/2024 do Ministério da Educação, o que reflete a praxe da Administração Pública em relação à presente exigência, uma vez que ambos os editais demandam a apresentação dos dois documentos de forma concomitante.

Isso demonstra claramente que cada documento possui finalidades distintas, estando fundamentados em bases legais diferentes, sem que um substitua ou anule a necessidade do outro.

CONCLUSÃO

Diante das justificativas apresentadas, conclui-se que a impugnante tem razão ao pleitear a inclusão da possibilidade de que o atestado de capacidade técnica seja emitido tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto de direito privado.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br / administracao@patobranco.pr.leg.br>





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

Contudo, será exigida a apresentação de ambos os documentos: (i) o atestado de capacidade técnica; e (ii) o certificado de qualificação técnica de funcionamento; considerando que possuem objetivos distintos e são igualmente necessários.

Essa medida visa ampliar a competitividade do certame, sem comprometer a segurança da Administração no que diz respeito à qualidade da contratação e à obtenção da proposta capaz de gerar o resultado mais vantajoso.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / administracao@patobranco.pr.leg.br





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0001-B73F-62C4-F8DC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RODRIGO SARTOR MAYER (CPF 004.XXX.XXX-94) em 29/01/2025 13:34:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EMANUELLE GIACOMINI FIORENTIN (CPF 053.XXX.XXX-31) em 29/01/2025 13:37:10 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PAULO CESAR DIAS (CPF 883.XXX.XXX-53) em 29/01/2025 17:17:11 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/0001-B73F-62C4-F8DC>